



SUMÁRIO

Abreviaturas e siglas usadas	XXIII
---	--------------

PARTE I

PROCESSO CIVIL E CAUSAS FAMILIARES

1. Processo, família e Estado.....	1
1.1. Advocacia e causas familiares.....	1
1.2. Processo civil: objeto e aplicação a diferentes perfis de conflitos	3
1.2.1. Objeto das normas processuais.....	3
1.2.2. Caráter transubstancial do processo	5
1.2.3. Tipicidade e flexibilidade no processo civil.....	8
1.3. O perfil dos conflitos familiares	12
1.3.1. Configuração peculiar	12
1.3.2. Controvérsia real × controvérsia apresentada a terceiros.....	15
1.4. Direito de Família e intervenção estatal.....	17
1.4.1. Ordem pública.....	17
1.4.2. Disponibilidade e indisponibilidade	21
1.4.3. Regramento do Código Civil sobre a interferência estatal.....	24
2. Via consensual como opção à resposta contenciosa	28
2.1. Possíveis vantagens da via consensual	31
2.2. Possíveis desvantagens da via consensual.....	34
3. Jurisdição nos conflitos familiares: peculiaridades	36
3.1. Ações de estado e ações de família	36
3.2. “Procedimento especial” no Código de Processo Civil de 2015.....	37

3.3.	Outras disposições sobre família no CPC/2015.....	40
3.4.	Visão panorâmica: olhar diferenciado no processamento de demandas familiares em prol da efetividade?	42
3.4.1.	Competência.....	43
3.4.1.1.	Especialização de juízos e normatização pelos tribunais.....	43
3.4.1.2.	Distribuição de novos processos	45
3.4.1.3.	Escolha de foro	49
3.4.2.	Capacidade processual dos litigantes	52
3.4.3.	Legitimidade para agir	57
3.4.4.	Causa de pedir e limitações quanto a dados relevantes	62
3.4.5.	Pedido.....	65
3.4.6.	Citação.....	68
3.4.7.	Resposta do demandado.....	72
3.4.7.1.	Tempo razoável para a audiência	72
3.4.7.2.	Alegações de suspeição e impedimento	77
3.4.7.3.	Contestação.....	79
3.4.8.	Mediação e conciliação	86
3.4.8.1.	Direitos em disputa	86
3.4.8.2.	Limites à luz das “fases da perda”	89
3.4.8.3.	Mediação extrajudicial.....	91
3.4.8.4.	Estímulo por magistrados	95
3.4.8.5.	Possível dispensa da sessão consensual.....	99
3.4.9.	Audiências de instrução.....	106
3.4.10.	Prova: dificuldades e possibilidades peculiares	108
3.4.10.1.	Ônus de provar e distribuição dinâmica do encargo.....	109
3.4.10.2.	Provas ilícitas em demandas familiares.....	113
3.4.10.3.	Questões polêmicas.....	116
3.4.10.4.	Ata notarial.....	124
3.4.10.5.	Prova por meio de estudos e exames	126
3.4.10.6.	Prova oral	136
3.5.	Participação do Ministério Público	138
3.6.	Segredo de justiça.....	144
4.	O tempo e a demanda familiar.....	146
4.1.	Tutelas provisórias de urgência	149
4.1.1.	Espectro de possibilidades no sistema processual: do CPC/1973 ao CPC/2015	149
4.1.2.	Diferença e fungibilidade.....	152

4.1.3.	Falta de propositura da demanda principal: extinção ou conservação da cautelar?.....	153
4.1.4.	Sequestro, arrolamento e bloqueio de bens.....	155
4.1.5.	<i>Periculum in mora</i> inverso/reverso: destaque no contexto pandêmico (Covid-19).....	157
5.	Recursos: ponderações especiais	160
5.1.	A pertinência do agravo de instrumento em demandas familiares	161
5.2.	Apelação.....	166
5.2.1.	Cabimento	166
5.2.2.	Efeitos da apelação.....	167
5.2.3.	Novas alegações.....	170
5.3.	Recurso especial.....	173
5.4.	Recurso extraordinário	177
5.4.1.	Visão geral	177
5.4.2.	Casos apreciados pelo STF	180
5.5.	Julgamento de recursos em bloco	185
6.	Execução e cumprimento de sentença	187
6.1.	Acordo e título executivo	188
6.2.	Aplicação de medidas diferenciadas para a efetivação de ordens judiciais.....	191
7.	Precedentes e litígios familiares	194
7.1.	Relevância do tema.....	194
7.2.	Formação do precedente: importância das circunstâncias fáticas e necessidade de boa fundamentação.....	197
7.3.	As circunstâncias fáticas e os precedentes em litígios familiares.....	199
7.4.	Distinção e modificação em conflitos familiares.....	205

PARTE II

DEMANDAS FAMILIARES EM ESPÉCIE

1.	Demandas familiares específicas: considerações iniciais	207
2.	Alimentos	208
2.1.	Ampla normatização.....	208
2.2.	Situação de urgência e medida liminar	213
2.3.	Alimentos gravídicos	218
2.3.1.	Legitimidade.....	219
2.3.2.	Indícios e carga dinâmica da prova	221
2.4.	Competência	224
2.5.	Legitimidade.....	228

2.5.1.	Parentes próximos.....	228
2.5.2.	Legitimidade e obrigação alimentar de avôs/avós.....	230
2.6.	Atuação do Ministério Público no polo ativo.....	238
2.7.	Capacidade processual.....	240
2.8.	Defesa.....	245
2.9.	Questões probatórias: binômio necessidade/capacidade.....	250
2.10.	Efeitos da sentença de alimentos.....	254
2.10.1.	Análise da Súmula n. 277 do STJ.....	254
2.10.2.	Decisões proferidas em demandas revisionais e exoneratórias.....	258
2.11.	Questões recursais.....	261
2.12.	Cumprimento de sentença.....	263
2.12.1.	Evolução e destaques sobre o rito.....	263
2.12.2.	Requerimento, cumulação, flexibilidade procedimental e peculiaridades do contexto pandêmico.....	268
2.12.3.	Reações do executado.....	276
2.12.4.	Prisão.....	287
2.12.5.	Protesto e cadastros de restrição ao crédito.....	293
2.12.6.	Abandono material.....	296
2.13.	Execução fundada em título executivo extrajudicial.....	298
2.13.1.	Escritura pública e obrigação alimentar.....	298
2.13.2.	Desconto em folha.....	301
3.	Dissolução do vínculo conjugal.....	311
3.1.	A polêmica sobre a extinção da separação.....	311
3.1.1.	Persistência da separação.....	312
3.1.2.	Supressão da separação.....	313
3.1.3.	Repercussões processuais dos posicionamentos.....	315
3.2.	Aspectos procedimentais do divórcio.....	317
3.2.1.	Competência.....	319
3.2.2.	Partes.....	320
3.2.3.	Atuação do MP.....	323
3.2.4.	Citação.....	326
3.2.5.	Revelia e julgamento antecipado.....	328
3.2.6.	Contestação.....	329
3.2.7.	Ampliação objetiva e reconvenção na ação de divórcio.....	330
3.2.8.	Elementos probatórios.....	337
3.2.9.	Decisão sobre o divórcio: natureza, efeitos e aspectos recursais.....	338

3.2.9.1.	Possibilidade de cisão da decisão e divórcio liminar.....	340
3.2.10.	Cumprimento de sentença.....	343
4.	Reconhecimento e dissolução de união estável	346
4.1.	Vias consensuais extrajudicial e judicial	348
4.2.	Competência	349
4.3.	Partes	353
4.3.1.	Legitimidade ativa	353
4.3.2.	Legitimidade passiva	356
4.4.	Intervenção do MP.....	358
4.5.	Causa de pedir.....	358
4.6.	Elementos probatórios.....	361
4.7.	Decisão e aspectos recursais	366
5.	Convivência familiar (“visita”)	366
5.1.	Panorama normativo	367
5.2.	Guarda e regime de relacionamento familiar	369
5.3.	Importância de regimes adequados.....	372
5.4.	A relevância do consenso	374
5.5.	Legitimidade.....	378
5.6.	Aspectos probatórios	382
5.6.1.	Visão geral.....	382
5.6.2.	Escuta de crianças e adolescentes	384
5.6.3.	Indícios de alienação parental e tutela provisória específica..	387
5.6.4.	Análise de decisões restritivas quanto à configuração de indícios de alienação parental.....	388
5.7.	Cumprimento do regime de visitas	396
5.7.1.	Visitas monitoradas	396
5.7.2.	Medidas coercitivas	401
5.7.2.1.	Busca e apreensão.....	402
5.7.2.2.	Multas	407
6.	Parentalidade.....	415
6.1.	O pai, o filho e o Poder Judiciário: imposição e consenso.....	416
6.2.	Modalidades de paternidade e reconhecimento em juízo	417
6.3.	Demanda adequada: investigatória/negatória de paternidade ou anulatória de registro civil?	421
6.4.	Reconhecimento voluntário e arrependimento	423
6.5.	Ampliação do espectro probatório	425

6.6.	Direito ao conhecimento da ascendência biológica e imprescritibilidade das ações de estado.....	427
6.7.	Exame de DNA: efeitos da recusa	429
6.8.	Coisa julgada e vínculo de filiação: hipótese de relativização?	433

PARTE III

CASOS, ENCAMINHAMENTOS E PETIÇÕES

1.	Considerações iniciais	437
1.1.	Visão geral.....	437
1.2.	Indicação da opção por autocomposição na petição inicial	439
2.	Alimentos	440
2.1.	Fixação de alimentos.....	440
2.2.	Oferta de alimentos.....	446
2.3.	Revisão de pensão alimentícia.....	449
2.4.	Exoneração de obrigação alimentar	453
2.5.	Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos sob pena de prisão	457
2.6.	Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos mediante desconto na folha de pagamento... ..	460
2.7.	Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos – cumulação de requerimentos de pena de prisão e expropriação de bens.....	463
3.	Divórcio	468
3.1.	Divórcio litigioso	468
3.2.	Divórcio consensual.....	473
4.	Dissolução de união estável.....	475
4.1.	Ação de reconhecimento e extinção de união estável	475
4.2.	Dissolução consensual de união estável.....	479
5.	Convivência familiar.....	482
5.1.	Regulamentação de convivência (“visita”)	482
5.2.	Modificação de guarda	485
6.	Paternidade.....	488
6.1.	Ação de investigação de paternidade	488
6.2.	Ação negatória de paternidade.....	492
	Bibliografia	497